

DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2025v30n53.76489

Por uma ontologia da fonte: vestígio e artefato na Operação Historiográfica de Michel de Certeau

*Towards an ontology of the source: trace and artifact in Michel de Certeau's
Historiographical Operation*

Iordan Queiroz Gomes

 <https://orcid.org/0009-0008-5395-6010>

Universidade Federal de Rondônia

Resumo: Este artigo investiga a reconfiguração epistemológica do conceito de fonte histórica como um dos eixos centrais da resposta da historiografia ao desafio cético do *linguistic turn*. Sustenta-se a tese de que a crise das décadas de 1970 e 1980, que interpelou o estatuto científico da história ao enfatizar seu caráter narrativo e retórico, foi enfrentada por meio de uma assimilação de fundo ontológico-operatório que redimensionou a própria natureza da fonte. Essa virada consistiu em refundar a compreensão do documento histórico, articulando reflexões da tradição hermenêutica alemã – de Johann Gustav Droysen a Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer – e francesa, especialmente a contribuição de Paul Ricoeur. O percurso analítico demonstra que a fonte foi progressivamente redefinida em sua dupla natureza irreduzível: como vestígio, índice material de um passado acontecido e de alteridade que impõe um limite ético à interpretação; e como artefato linguístico, construção de significado mediado pela linguagem. A hipótese central é que a síntese dessa dupla natureza foi incorporada na "operação historiográfica" de Michel de Certeau (1975), que erigiu o repensar da fonte como gesto fundador de uma prática ética e metodológica com a alteridade do passado. O fazer histórico é concebido como uma negociação entre o presente do historiador e o passado como outro, transformando a distância temporal de um abismo intransponível no próprio elo de inteligibilidade.

Palavras-chave: Fonte Histórica; Operação Historiográfica; Linguistic Turn; Hermenêutica; Michel de Certeau; Epistemologia da História.

Abstract: This article investigates the epistemological reconfiguration of the concept of the historical source as a central axis of historiography's response to the skeptical challenge of the linguistic turn. It supports the thesis that the crisis of the 1970s and 1980s, which questioned the scientific status of history by emphasizing its narrative and rhetorical character, was addressed through an ontological-operative assimilation that resized the very nature of the source. This shift consisted of refunding the understanding of the historical document by articulating reflections from the German hermeneutic tradition — from Johann Gustav Droysen to Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger, and Hans-Georg Gadamer — and the French tradition, especially the contribution of Paul Ricoeur. The analytical path demonstrates that the source was progressively redefined in its irreducible dual nature: as a trace, a material index of a past that occurred and an expression of alterity that imposes an ethical limit on interpretation; and as a linguistic artifact, a construction of meaning mediated by language. The central hypothesis is that the synthesis of this dual nature was incorporated into Michel de Certeau's



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

"historiographical operation" (1975), which established the rethinking of the source as the founding gesture of an ethical and methodological practice with the alterity of the past. Historical practice is conceived as a negotiation between the historian's present and the past as "other," transforming temporal distance from an impassable abyss into the very link of intelligibility.

Keywords: Historical Source; Historiographical Operation; Linguistic Turn; Hermeneutics; Michel de Certeau; Epistemology of History.

1. Introdução.

Jacques Revel (2010) destacou o caráter multifacetado do pensamento de Michel de Certeau dentro do *establishment* da historiografia francesa. Esse aspecto manifesta-se com vigor na "Operação Histórica", publicada originalmente em 1975, na primeira parte da coleção "*Faire de l'Histoire*", (LE GOFF; NORA, 1995) – obra que circulou no Brasil com o título *História Nova*. Foi nesse cenário que Certeau lançou a *questão indiscreta*¹ que viria a ecoar no debate historiográfico contemporâneo: o que "fabrica" o historiador quando "faz história"? Ao interpelar sobre a fabricação historiadora, a "Operação Historiográfica" suscitou uma reflexão crucial sobre o "*não dito*" da disciplina, colocando em causa a própria história como objeto no momento em que foi forçada a encarar os silêncios de sua prática, perante as críticas do *linguistic turn*. Tais críticas, grosso modo, geraram posições epistemológicas divergentes em torno do que Roger Chartier identificou como "a evidenciação das dimensões retórica e narrativa da história" (CHARTIER, 2009, p. 11),² questão que despertou uma "tomada de consciência pelos historiadores do relativismo de sua ciência", uma espécie de despertar epistemológico. (LE GOFF, 1995, p. 15).

Uma "relação de forças" (GINZBURG, 1984)³ se desenhou em torno das interpelações operadas em três obras clássicas escritas na década de 1970, contexto da chamada crise da história (CHARTIER, 2009). Paul Veyne – "*Comment on écrit l'histoire*" (1971) – *Como se escreve a História* – para quem a história é, antes de tudo, "um relato" e o que se denomina "explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível" (VEYNE, 1971, p. 67). De acordo com essa perspectiva, os fatos são posicionados como exteriores ao sujeito do conhecimento, responsável por organizá-los numa "intriga verossímil". Essa espécie de "ficção verdadeira" suscitou o debate sobre caráter

¹ Ao traçar a "História de uma pesquisa", no texto de apresentação da *Invenção do Cotidiano* – publicada inicialmente em 1980 –, Luce Giard destaca a crítica de M. de Certeau sobre a epistemologia que governava em silêncio o ofício do historiador. Essa crítica é realçada pela natureza incômoda das perguntas sobre o que e como a história é produzida. Questão que reelaborou dentro de sua teoria das artes de fazer, para compreender a dinâmica das resistências cotidianas, da antidisciplina "vindas de imemoriais inteligências", ante a disciplina dogmática das autoridades e instituições.

² Além de Roger Chartier, F. Hartog (2017) e F. Dosse (2001), analisam os impactos dos estudos do *Linguistic Turn* sobre a história.

³ Hartog (2017, p. 89) discute como as "relações de forças" destacadas por Ginzburg em sua obra envolveu um debate demarcando posições epistemológicas entre os *insiders* e *outsiders*. Ficou conhecida a posição de Ginzburg – tratado como um *insider*, da tribo dos historiadores – contra as posições de Hayden White sobre a história. Esse debate, na esteira do historiador italiano, opunha os defensores do realismo histórico aos cétricos narrativistas.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

narrativo da história, tensionando as fronteiras que a separam da ficção. Paralelamente, Hayden White, em *“Metahistory”* (1973) – *Metahistória* – radicalizou a crítica ao identificar as estruturas profundas da imaginação histórica em sua relação com as figuras retóricas da poesia clássica. Por fim, Michel de Certeau *“L’Ecriture de l’Histoire”* (1975) – *A Escrita da História* – adotou uma espécie de postura menos cética ao associar o discurso histórico ao “conjunto operatório”. Para Certeau, a narração é a forma do historiador organizar a verificabilidade investigativa da diferença do outro passado, uma operação mediada por uma atividade metodológica. (CHARTIER, 2009).

Sob essa ótica, Aranha (2023, p. 2-3) sugere que a crise da história – como um reflexo da crise da razão ocidental – dividiu a historiografia contemporânea diante de um impasse epistemológico profundo. De um lado, agrupam-se os pensadores de “orientação antimimética, herdeiros da ‘virada linguística’, para quem a escrita da história se reduz a uma ‘retórica de tropos’, esvaziada de qualquer referente estável.” De outro, mantêm-se “os defensores de uma mimesis clássica, que insistem nos ‘vínculos indissolúveis entre linguagem e mundo vivido’”. Há ainda, em sua visão, uma terceira via que será explorada neste artigo através de Certeau, Ginzburg e Ricoeur: “uma escrita da história que reconheça sua natureza construída sem abdicar da busca pela verdade histórica.” Neste último caso, aqueles que resistiram à postura cética narrativista, ou do giro retórico (GINZBURG, 2002), passaram a defender a necessidade de conciliar o caráter narrativo da história com uma postura ética aplicada ao campo disciplinar. O objetivo, portanto, é respeitar a alteridade do passado sem, contudo, romper com os limites que a separam da ficção. (CHARTIER, 2005).

Diferentes proposições marcaram tais esforços, desde a perspectiva de retorno a um paradigma de raízes remotas e alternativo – tratado por Ginzburg (1979) como “indiciário” –, às aporias em torno da narrativa histórica (STONE, 1979), e a elaboração de um projeto de expansão delineado publicamente sob um espírito de renovação. (PROST, 2008). No dizer de Le Goff (1995, p. 12), esse espírito estava ligado “a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*” *que surgiam “no campo epistemológico da história.”* Na perspectiva de Burke (1991, p. 89), essa fora a síntese das contribuições dos *Annales*, diretamente relacionada à “descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las”. Não obstante essa “renovação”, a busca pela reafirmação dos fundamentos científicos da história manteve latente a questão da distância temporal que separa o discurso – localizável no presente – do seu objeto – o outro do passado. Tal dilema continuou gerando um profundo debate sobre a enigmática relação entre a sociedade presente e a morte (CERTEAU, 1975). Como desdobramento das reflexões sobre as aporias da narrativa e da sua relação com o tempo – da refiguração do tempo pela narrativa –, essa questão repercutiu diretamente no papel desempenhado pela fonte na operação histórica, doravante encarada como um conector particular que liga o fluxo das temporalidades históricas. (DOSSE, 2001, p. 85).

Conforme sugere a leitura de Chartier (2009), em última instância, a crise da história girou em torno da questão da mediação, gerando uma pergunta central: como a linguagem, reconhecidamente opaca e construtiva, pode ser um *medium* de acesso a um passado “real”? A resposta, inicialmente estranha ao território dos historiadores – mas já atravessada por



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

ondas paradigmáticas da antropologia e, sobretudo, da filosofia (CHIZZOTTI, 2000) – apontava para a redefinição do próprio estatuto ontológico do real histórico e dos modos de sua presentificação. É neste contexto que a análise proposta neste artigo avança uma hipótese específica: a resposta epistemológica dada pela história aos críticos do *linguistic turn* foi de cunho ontológico-operatório. Tal proposição consistiu em refundar a compreensão da fonte histórica perante a introdução de reflexões oriundas da hermenêutica existencial e do novo tratamento conferido ao material histórico. Como observa Scholtz (2011), a hermenêutica – ancorada no historicismo problemático – forneceu um arcabouço teórico e metodológico que articulou ambas as buscas, concebendo a relação entre o ser e a linguagem não como obstáculo, mas como condição de possibilidade do conhecimento histórico. (KOSELLECK, 2014). Esse movimento acarretou um aprofundamento que articulou reflexões epistemológicas a investigações de fundo ontológico, abrindo espaço para que questões sobre a própria natureza do ser e de sua manifestação (HEIDEGGER, 2005) se tornassem fundamentais para repensar os limites e possibilidades da história. Nesse processo, a indagação central oscilou entre “como conhecer” o passado através da fonte e a interrogação sobre o que a fonte representa em seu próprio modo de ser, enquanto manifestação da presença do ser.

Mas o que significa pensar a natureza ontológica da fonte histórica? A resposta a essa pergunta é complexa, cabendo, portanto, esboçar uma hipótese. Pensar a dimensão ontológica da fonte implica deixar de vê-la essencialmente como um meio que tem um fim – o conhecimento do passado – para interrogá-la em sua realidade constitutiva, isto é, o que ela é em si mesma, o seu próprio modo de ser. Explico. Em sua primeira determinação ontológica, a fonte é um vestígio, operada sob a tensão entre o índice da realidade e a existência da vida e do seu oposto, a morte. Aqui, o seu modo de ser é o de um fragmento, um resto que sobreviveu à ação do tempo. Sobre esse aspecto, P. Ricoeur (2007) compreendeu que o vestígio é um “signo-efeito” que testemunha uma ação passada, uma marca perceptível de um fenômeno que já não é, mas que um dia foi. De acordo com essa configuração, a fonte funciona como um índice no sentido atribuído por Carlo Ginzburg (1989), recuperado do paradigma indiciário; trata-se de um instrumento que guia os passos do historiador perante a opacidade do passado. Pistas, indícios e sinais tornam-se, assim, zonas privilegiadas que iluminam a compreensão do que outrora ocorreu. É precisamente esse caráter de conhecimento por vestígios que ancora a história na fronteira com outras formas narrativas, impedindo, por exemplo, a sua dissolução em ficção. Na formulação de Michel de Certeau (1975), o vestígio é a testemunha material da morte do passado, portador irreduzível de uma alteridade que se impõe ao historiador e, correlativamente, garante o seu trabalho operatório.

Simultaneamente, a fonte é pensada como um artefato linguístico, ou seja, “a objetivação da experiência”, como demonstrou Dilthey (2010). Nesse sentido, seu modo de ser constitutivo é o de uma construção de significado: uma linguagem que objetiva uma dada experiência humana. Esta dimensão remete à distinção entre ciências naturais, voltadas à explicação dos fenômenos, e as ciências do espírito, que demandam a compreensão das expressões objetivadas da vida. (SCHOLTZ, 1988). A fonte constitui, portanto, a exteriorização pública de uma vivência íntima, o que permite a P. Ricoeur (2007) afirmar que o historiador lida tão somente com a significação da experiência transformada em linguagem,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

jamais com a experiência vivida em si. De forma complementar, o caráter de artefato linguístico da fonte aproxima a história da hermenêutica, permitindo a reflexão que a vincula a um construto narrativo. É nesse ponto que reside a síntese operada por Michel de Certeau (1975) na sua “operação histórica”, ao transpor essa dupla natureza – outrora silenciada por um trabalho restrito aos arquivos, as “grutas onde se formavam os historiadores” – para o cerne do fazer histórico. A fonte, em sua ontologia, é tratada no tenso limiar entre a noção de vestígio – o real passado morto – e a de artefato linguístico – uma construção significativa que envolve múltiplas temporalidades. Como observou Roger Chartier (2002, p. 78), esta operação “consiste em construir o passado como outro, tornando pensável a diferença das experiências e das lógicas de ação que o constituem.”

Dessa forma, as reflexões em torno da compreensão da fonte histórica não foram uma estratégia periférica no contexto da crise da história das décadas de 1970 e 1980, mas um dos eixos centrais da resposta historiográfica ao *linguistic turn*. Essa redefinição permitiu que a disciplina assimilasse a crítica radical – de que a história é, sim, uma construção narrativa – sem abrir mão de seu estatuto de conhecimento, uma vez que tal construção é constrangida e orientada pela negociação ética e metodológica com os vestígios materiais de um passado real. (CHARTIER, 2009). A cientificidade da história, portanto, não reside mais na ilusão de uma linguagem espelhada, mas no rigor, na transparência e no constante refinamento dessa operação de transformação do vestígio em documento. Em última análise, trata-se de uma operação de tradução da alteridade do passado em inteligibilidade para o presente. Na esteira desse debate, o presente artigo dedica-se à reflexão sobre a noção de fonte histórica no contexto da crise gerada pelas críticas do *linguistic turn*. O foco recai, especialmente, na maneira como foi concebida na *operação historiográfica*, a saber, como elemento central para explorar a ideia do passado como “outro”, considerando a escrita da história como uma prática ética de relação com a morte.

Para tanto, remonto inicialmente à visão tradicional da *Escola Metódica* e à reflexão de Marc Bloch sobre a ciência histórica por vestígios. O objetivo é estabelecer o contraste entre a noção de documento como evidência transparente e a de vestígio como indício a ser decifrado. Em seguida, recupero a contribuição silenciada de Johann Gustav Droysen, cuja *Historik* introduziu uma concepção hermenêutica da fonte como material já mediado pela linguagem e pela intencionalidade. Num terceiro momento, exploro a fundação filosófica dessa virada, analisando como a hermenêutica de Dilthey, Heidegger, Gadamer e, sobretudo, Paul Ricoeur, estabeleceu a linguagem como *medium* ontológico da experiência. Tal fundamentação fornece as bases para pensar a fonte histórica como vestígio significativo da ação humana no tempo. Por fim, concentro-me na síntese operada por Michel de Certeau, demonstrando como a “operação historiográfica” traduz essa densa reflexão filosófica numa prática disciplinar específica. Nesse estágio, articulo os conceitos de distanciamento e alteridade para fundar uma ética do conhecimento histórico. O percurso mostrará, assim, que “a operação historiográfica” é o ponto de chegada de um longo diálogo que permitiu à história assimilar a crítica do giro linguístico para se reinventar como uma ciência da interpretação, rigorosa e consciente de seus limites.

2. A história se faz com documentos?



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

É conhecida a frase de Marc Bloch (2001, p. 79) que afirma: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. Na *“Apologia da História”*, essa sentença sucede uma série de casos explorados pelo autor para fundamentar seu argumento inicial: “o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda.” (BLOCH, 2001, p. 69). Das eras que nos precederam, reconhecia, só poderíamos falar segundo testemunhas – voluntárias e involuntárias. Conforme notou Marc Bloch, “estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstituir um crime ao qual não assistiu.⁴ [...] Em suma, em contraste com o saber sobre o presente, o conhecimento do passado é necessariamente indireto.” A relevância de tais sentenças é reconhecida pelos estudiosos que se esforçaram para demonstrar a revolução dos Annales (BURKE, 1991) e por aqueles que reconhecem a influência decisiva de Marc Bloch e da revista na “renovação da história” (LE GOFF, 1995) – especialmente na sofisticação da história problema ou história interdisciplinar.

Sobre esse ponto, parafraseando François Simiand, Bloch argumentou que o conhecimento dos fatos humanos deve ser “um conhecimento através de vestígios”, entendendo por vestígio “a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si.” (BLOCH, 2001, p. 73). A história, não é apenas feita com documentos, mas com vestígios. (LADURIE, 1977). Tal perspectiva se contrapunha à noção de documento definida pelos mestres do passado - Ch. Langlois e Ch. Seignobos. (BOURDÉ & MARTIN 1990). Em sua “Introdução aos Estudos Históricos (1898)” – obra que pretendia delinear “as condições e os processos do conhecimento histórico”, bem como uma reflexão sobre o seu “caráter e os limites” – os autores afirmaram categoricamente: “a história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Compete acrescer que esses traços visíveis – fonte única do conhecimento histórico –, eram por natureza os “documentos escritos, testemunhos voluntários – cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos”, por compreenderem que “a escrita fixa a afirmação e faz que sua transmissão seja fiel”. (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1946, p. 127).

Cumprir lembrar que fórmula metódica ofertada por este brevírio, dominante na produção historiográfica francesa entre 1880 e 1930, consistia em: buscar e reunir documentos na constituição de um inventário (heurística); realizar a crítica interna e externa para testar a autenticidade e estabelecer conexões; e, por fim, operar uma síntese. Sumariamente: inventariar as fontes – Conhecimentos prévios – analisá-las – Operações Analíticas – e operar a síntese – Operações sintéticas. Essa orientação metodológica era sustentada pela chamada “teoria do espelho” – inspirada no espírito positivo de Leopold Von Rank – cujo princípio norteador era “recuperar os eventos, suas interconexões e suas ‘tendências’ através da documentação e fazer-lhe a narrativa”. O historiador, pretendendo-se neutro, trabalhava essencialmente com as “fontes dos arquivos” (BURKE, 1991, p. 11) para dar conta da realidade histórica que estaria objetivada nos documentos.

⁴ A associação do historiador ao detetive – investigador – é notória e precede a analogia feita por Ginzburg (1989) anos mais tarde.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Contudo, mesmo com a transição da noção restrita de documento para o conceito amplo do vestígio, mantinha-se a crença de que o objeto original da história poderia ser reconstituído fielmente através dos resíduos deixados. Como sugere Michel de Certeau (1995), a ampliação operada pelos *Annales* não foi suficiente para retirar os historiadores de dentro dos arquivos, no contexto em que era necessário interrogar a natureza ontológica dos testemunhos. O próprio Marc Bloch, porém, lançou luzes sobre essa questão, sem, contudo, aprofundá-la. Para ele, “traços de linguagem” – escritas e não escritas, monumentalizadas – e não a realidade em si, são captados pelo historiador por meio de um esforço metódico fundamental. (BLOCH, 2001. p. 72). O testemunho é tido, neste caso, como a palavra do outro que dá a ver e a ler a experiência vivida. Entretanto, reside aqui o ponto limite do argumento: dotado das lições de método, o historiador pode decifrar a marca contida no vestígio para chegar ao fato. Isto é, na passagem do documento ao vestígio, Marc Bloch se mantém preso a uma espécie de “epistemologia da decifração”, sem avançar na resolução de uma compreensão sobre a natureza e constituição da fonte. Para superar essa barreira e compreender a constituição da fonte, a história precisou reconhecer o diálogo com *mestres outsiders*, estranhos à tradição historiográfica francesa.⁵

3. O espelho imperfeito? O material herdado e a mediação do eu.

O método histórico tal como codificado por Langlois e Seignobos tinha como pilares a condução dos historiadores aos arquivos e a crítica documental. Para aqueles autores, tais procedimentos práticos diferenciavam seu “ensaio” dos manuais de teoria da história – a que os alemães e ingleses davam o nome de *Historik*. Na avaliação de Langlois e Seignobos (1946, p. 8) essas obras eram frequentemente “obscuras e inúteis”, “simples tratados de retórica” que se perdiam em “questões nonada”, como a discussão sobre se a história é arte ou ciência.⁶ Esta postura é sintomática do abismo que separava a epistemologia histórica francesa da tradição alemã, posto que um dos alvos específicos dessa crítica foi o *Grundriss der Historik* (1854-1882) de Johann Gustav Droysen, traduzido em Paris na década de 1880 como *Précis de la science de l'histoire*, e considerado pelos autores franceses como “pesado e gongórico”. Tal rejeição colaborou decisivamente para o silenciamento de Droysen no cenário intelectual francês, eclipsando por décadas uma das reflexões mais sofisticadas do século XIX sobre o fazer histórico. (BENTIVOGLIO, 2009).

Esse silenciamento, no entanto, revela mais sobre os limites do paradigma metódico do que sobre a relevância da *Historik*. Como demonstra a história dos conceitos –

⁵ É notória a maneira como Marc Bloch opera a crítica aos mestres do passado – Ch. Langlois e Ch. Seignobos – na esteira do que fizera F. Simiand sobre os mitos da história –, mas reconhecendo neles os méritos de uma geração.

⁶ Refiro-me ao mapeamento das obras – *Historik* –, feito Ch. Langlois e Ch. Seignobos na “Advertência” da *Introdução aos Estudos Históricos*. Eles diferenciavam as *Historik* dos *Lehrbücher* (manuais) como o de Ernest Bernheim *Lehrbuch der historischen Methode* (1894) que se dedicou a condensar grande parte de seus estudos – e transformados inicialmente em “aulas inaugurais”, discursos acadêmicos e artigos de revistas – sobre as regras do método histórico. A crítica à Droysen é adensada na última parte da obra, situando entre os alemães – “Mommsen, Curtius, Lamprecht” que, ao publicarem seus estudos, “atentam contra o método científico”. Eles “tomam partido, condenam, aprovam; dão colorido à narração, aformoseiam-na de vários modos. [...] e, como coroamento de tudo isso, empenham-se, cada qual com o talento de que se dispõem, em construir obras de arte.”



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Begriffsgeschichte – (KOSELLECK, 1992), a obra de Droysen inscreve-se no momento de autonomização da história, marcado pela consolidação do termo *Geschichte*, que passa a designar, de forma imbricada, tanto o acontecimento em si quanto o relato sobre ele. Para Droysen, a história era, acima de tudo, "o conhecimento de si própria". Sua *Historik* – originalmente fruto de uma série de preleções – não era apenas um manual de técnicas, mas um "organon do pensamento e da pesquisa histórica", um projeto meta-histórico que buscava fundamentar os pressupostos da ciência histórica. (RÜSEN, 2007, p. 55). Droysen pode ser compreendido como um dos arquitetos do que Gunter Scholtz (2011) identifica como um dos significados fundamentais do historicismo: "a transposição do modo histórico e genético de percepção para todos os fenômenos da cultura", uma percepção que vê o mundo humano como radicalmente histórico. Neste caso, um dos núcleos inovadores da sua *Historik* – incompreensível para a visão instrumental francesa – residia na "concepção hermenêutica da fonte". Enquanto a *Escola Metódica* via o documento de arquivos como um depósito de fatos, Droysen (2009, p. 46) partia do princípio de que "a pesquisa histórica pressupõe a reflexão de que o conteúdo do nosso eu é mediatizado, é um resultado histórico transmitido, formado." Em outras palavras, o acesso ao passado é sempre "mediado" pela tradição, pela memória e pela linguagem, um dos fundamentos do historicismo do século XIX que chega ao XX. (Scholtz, 2011).⁷

Essa premissa fundamentava sua célebre tipologia do "material histórico". Em seu trabalho, o historiador lida com: 1. restos, tidos como vestígios não intencionais da atividade humana; 2. com os monumentos, isto é, testemunhos intencionais criados para transmitir uma memória; 3. com as fontes (no sentido estrito), entendidas como aquilo que se refugiou no imaginário e nos foi transmitido pela memória coletiva. (DROYSEN, 2009, p. 46). Essa classificação revela que, para Droysen, a fonte histórica não é um dado bruto, mas um "artefato de significado", uma construção, uma representação que já é, em si, uma interpretação do mundo. Dito de outro modo, como um dos representantes dos historicismos que germinaram na Alemanha do século XIX (MARTINS, 2007), Droysen punha em discussão a compreensão de que todo texto parte de um lugar e de um ponto de vista. (BARROS, 2012). O método histórico, portanto, não pode se resumir à crítica da autenticidade; ele deve ser uma "interpretação das interpretações" (*Verstehen*), um esforço para compreender as intenções e os significados que se objetivaram nos vestígios. O fio condutor é, neste ponto, a reflexão de como o mundo histórico – em movimento constante, como se definiu entre as teses das ciências do espírito, conforme analisadas por Scholtz (1988)⁸ – é apreendido, significado, exteriorizado e dado a ler pelo sujeito que age e sofre no e sobre o tempo. O princípio orientador é "compreender ao pesquisar". (DROYSEN, 2009).

⁷ Ante a complexidade de pensar o historicismo enquanto movimento uníssono, Scholtz (2011) argumenta que o historicismo não deve ser reduzido ao relativismo ou positivismo, mas compreendido como um pluralismo normativo e produtivo que reconhece a multiplicidade das tradições culturais, aceita a inevitabilidade da perspectiva histórica, oferece bases para o reconhecimento mútuo na diversidade humana e mantém tensão produtiva entre abordagens individualizantes e generalizantes.

⁸ Ao analisar as teses que se referem às origens das ciências do espírito, Gunter Scholtz (1988), afirma que elas nasceram da crítica ao triunfo das ciências matemáticas da natureza, voltando-se à compreensão dos sistemas históricos que orientam os sujeitos. Nessa interpretação, as ciências do espírito são essencialmente ciências históricas que tomam como objeto o mundo humano e devem trazer à lembrança aquilo que os múltiplos processos históricos ameaçam apagar.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

4. A virada ontológica: a fonte como artefato linguístico.

Droysen antecipou um dos problemas centrais que a historiografia francesa enfrentaria na segunda metade do século XX: a “opacidade da fonte” e a conseqüente visão turva do passado. Sua compreensão sobre o material histórico destituiu a representação da fonte como uma espécie de espelho transparente do passado, concebendo-a como um “espelho imperfeito”, um *medium* que refracta a luz do acontecimento através das lentes da cultura, da linguagem e da intencionalidade. Essa compreensão encontrou profunda ressonância na tradição hermenêutica alemã que o sucedeu. A sua ênfase na compreensão (*Verstehen*) como operação fundamental para interpretar os vestígios do passado antecipa a distinção estabelecida por Wilhelm Dilthey (2010) entre as ciências naturais (explicação) e ciências humanas (compreensão). (AMARAL, 2012). Para Dilthey, a vida só se torna acessível através de suas “expressões objetificadas”. Esse argumento se apoiava na ideia de que, para viver, os homens precisam conversar entre si, criar regras e comportamentos, interpretar a sua existência, criar e contar histórias. A tarefa das ciências do espírito é reconstruir essa “vivência” que se exteriorizou em formas de linguagens. Neste ponto, pode-se dizer que Droysen já operava com a noção de que o historiador lida com expressões objetificadas da vida humana, que demandam uma compreensão interna.

Pensado à luz da teoria da história (KOSELLECK, 2014), esse edifício hermenêutico sofreu uma transformação ontológica com Martin Heidegger (FERREIRA, 2019). Em *Ser e Tempo*, a compreensão deixa de ser um método das ciências humanas para se tornar uma estrutura fundamental do ser-no-mundo (*Dasein*). O homem não “tem” compreensão; ele “é” compreensão que se constitui na e pela historicidade.⁹ Conseqüentemente, a linguagem deixa de ser um mero instrumento de comunicação para se revelar como a “casa do ser”, o horizonte incontornável dentro do qual todo entendimento se dá. A pergunta deixa de ser “como interpretamos textos?” para ser “como o ser se revela através da linguagem?”. Hans-Georg Gadamer esmiuçou as implicações dessa virada em *Verdade e Método* – cujo problema central foi o de pensar “a relação entre hermenêutica e tempo” e a questão da referência, sem a qual, “qualquer compreensão permanece muda”. (KOSELLECK, 2014, p. 91). Para ele, a compreensão é um “diálogo” mediado pela linguagem, realizado na “fusão de horizontes” entre o intérprete e o texto, ou entre o sujeito e a vivência de si e de outrem. O passado, portanto, só nos fala na medida em que participamos do mesmo *medium* linguístico que o tornou – e ainda o torna – inteligível.

Em síntese, a mediação da experiência passou a ser vista não como um obstáculo, mas a própria condição de possibilidade do conhecimento histórico. É precisamente essa tradição que Reinhart Koselleck (2014, p. 92) encara ao refletir sobre a relação entre hermenêutica e teoria da história, especialmente porque a filosofia hermenêutica de H. Gadamer põe em relevo o debate sobre “as condições de possibilidade das histórias, levando em conta as aporias da finitude do homem em sua temporalidade.” A história, que se dá à tentativa de compreensão da existência, projetada à compreensão de si e de outrem, não tem

⁹ Gunter Scholtz (2011) analisa como Heidegger evitou que sua análise fosse reduzida à antropologia, focando na historicidade da presença do *Dasein*.



outra opção senão pretender assimilá-la hermeneuticamente. Para ele, “remeter toda experiência à sua significação no mundo é tão originário quanto o ato de interpretá-la e expressá-la linguisticamente. Antes de quaisquer diferenciações científicas ou procedimentos metodológicos está a hermenêutica, a teoria da interpretação existencial naquilo que podemos chamar de *[Geschichte]*, possibilidade e transmitida pela linguagem.” Koselleck reconhece, assim, o estatuto histórico-ontológico da hermenêutica, para a qual “a categoria da linguagem é o modo de execução que lhe é inerente”. Esta “possibilidade prévia da experiência do mundo”, viabilizada pela linguagem, é, em suas palavras, “indispensável para se pensar o *Dasein* humano” (KOSELLECK, 2014, p. 102), mesmo que a sua inclinação para morte – “ser para morte”, finito ante a sua temporalidade –, possa ser arremessada no horizonte de nossas experiências de infinitude (GAGNEBIN, 2006).¹⁰

É fundamental observar que a perspectiva meta-histórica ofertada por R. Koselleck – que trata, tanto dos nexos entre os acontecimentos quanto das formas de representá-los – consolida a ponte entre a filosofia e a prática histórica. Ela demonstra que a operação do historiador começa com o gesto hermenêutico primordial de interpretar experiências passadas que chegam até ele já codificadas em linguagem. A história depende da linguagem e, inevitavelmente, não escapa a essa hermenêutica existencial, posto que a existência humana exige a compreensão de si e do mundo cujo processo também é apreendido e constituído pela linguagem. Neste ponto, a contribuição de Paul Ricoeur, torna-se decisiva, ao elaborar desde cedo – década de 1950 – uma perspectiva filosófica que articulava sistematicamente a ontologia da linguagem com a teoria do conhecimento histórico.¹¹ Embora suas problemáticas tenham demorado a ser incorporadas na comunicação dos historiadores (DOSSE, 2001), seus ensaios sobre a “linguagem como obra”, num esforço para assinalar a unidade da linguagem humana em vista dos seus múltiplos usos – um dos fundamentos da sua *filosofia compreensiva da linguagem* –, partiam da mesma premissa radical estabelecida pela hermenêutica existencial: a “solidão fundamental” do ser humano. Em suas palavras, “o que é vivido por uma pessoa não se pode transferir totalmente como tal e tal experiência para mais ninguém. Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência.” No entanto, é a linguagem que opera o “milagre” da comunicação: “Este algo não é a experiência vivida, mas a sua significação. Eis o milagre. A experiência vivida, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública.” (RICOEUR, 1976, p. 21).

Dessa constatação, Ricoeur extrai uma consequência fundamental para a história: o que o historiador encontra nos arquivos não é a experiência vivida do passado, mas a sua

¹⁰ A propósito dos prelúdios de Paul Ricoeur impresso na obra *“La mémoire, l’histoire, l’oubli”*, J. Marie Gagnebin explora as suspeitas levantadas pelo autor em torno das considerações intempestivas de Nietzsche e a maneira como o tema da relação entre memória e vida foi ataviada perante um duelo manifesto com o tema da morte, mais precisamente a sua contraposição a ideia da finitude do ser para a morte na perspectiva de Heidegger e a defesa da filosofia da vida e da memória de Henri Bergson. Considerando tais contribuições, Koselleck refletiu sobre as limitações da compreensão heideggeriana sobre a multiplicidade e diversidade das histórias reais. Para ele, é preciso aprofundar a leitura de que o ser para morte é precedido do ser arremessado – nascimento –, e simultaneamente determinado por pares antitéticos, entre a sobrevivência, a geratividade – determinação transcendental – e, consequentemente, a vida.

¹¹ A herança de Paul Ricoeur vincula-se à filosofia reflexiva e a uma variante hermenêutica da fenomenologia de Husserl. (RICOEUR, 1985, p. 25).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

significação exteriorizada. Os documentos são "sentidos escriturários", vestígios de uma intenção de comunicar, de fixar uma memória, de narrar uma ação. Da ação ao texto, "a vida só capta a vida pela mediação das unidades de sentido que se elevam acima do fluxo histórico." (RICOEUR, 1986, p. 34 apud DOSSE, 2001, p. 80) Os vestígios são a objetivação pública do que foi, originalmente, uma vivência privada. É por isso que Ricoeur pode afirmar que a "memória" é a "matriz da história", pois ela é a faculdade que retém essas significações exteriorizadas, tornando-as disponíveis para a investigação. (GAGNEBIN, 2006). Esta teoria atinge sua expressão mais sofisticada na tríplice *mimesis* de *Tempo e Narrativa* (1982-1983), obra em que o autor explora a relação entre "tempo vivido" e "tempo narrado", ou dito de outro modo, o tempo estruturado pela lógica operatória da história e a experiência vivida exteriorizada pela narrativa.

Reconhecendo que o discurso histórico pertence à dinâmica das narrativas, embora mantenha a sua singularidade irredutível como uma narrativa mediada por outras formas narrativas (GENTIL, 2010, p. XI)¹², é aqui que Ricoeur fornece o modelo definitivo para entender a natureza ontológica da fonte: na *Mimesis I, pré-configuração*, o mundo da ação humana, já é impregnado de significados e estruturas simbólicas. A fonte histórica pertence a este nível; ela é o "vestígio" de uma ação passada, a objetivação de uma experiência que se inscreveu no mundo: um tratado, uma lei, uma carta, um artefato. Na *Mimesis II*, o tempo da configuração, equivale à operação histórica, o momento de organizar os vestígios (*Mimesis I*) em uma trama inteligível, uma narrativa. Na *Mimesis III*, remete a re-configuração, isto é, a recepção da narrativa pelo leitor, que a interpreta a partir de seu próprio mundo. A fórmula de Ricoeur, portanto, é clara: estamos nas portas dos arquivos porque é somente através dos vestígios significativos (*Mimesis I*) que a configuração narrativa da história (*Mimesis II*) se torna possível. (BARROS, 2012).¹³

A fonte histórica é, assim, o elo – um conector que tem o "poder de veto", para usar a expressão de Koselleck (2006, p. 188). Ela não é um dado, mas dotada de sentido, torna-se um convite à interpretação, um artefato linguístico que carrega em si a marca de uma ação no tempo, ressignificada no exercício hermenêutico do historiador. Aqui, a dupla natureza da fonte - como vestígio do passado real e como artefato linguístico construído - encontra sua mediação teórica no conceito de 'representação-efeito' de Costa Lima (Aranha, 2023). Se o vestígio remete à dimensão do indizível – a alteridade radical do passado –, e o artefato à dimensão do dizível – sua construção narrativa –, a 'representação-efeito' opera precisamente na tensão produtiva entre esses dois polos. Ela não pretende reproduzir o passado 'como foi', mas elaborar efeitos de sentido a partir dos indícios que dele restaram. Desse modo, a fonte histórica não é nem puro referente (como queriam os realistas ingênuos) nem puro significante (como propunham os desconstrucionistas), mas o lugar de uma operação onde o historiador, recolhe sinais e marcas com vistas ao indiciamento do real (Aranha, 2023, p. 13).

Pensar a história como uma hermenêutica é um dos traços da revolução de Ricoeur na perspectiva de Dosse (2001), em que a disciplina fora encaminhada a um novo regime de

¹² Recusando a inexistência da dimensão inenarrável da existência, a hipótese de P. Ricoeur afirma que não há experiência histórica no tempo que não seja narrada. E, correlativamente, a narrativa torna o tempo da experiência humana histórica. (RICOEUR, 2010).

¹³ Em *A Memória, história, esquecimento*, detalha a fenomenologia da memória e o percurso que o rastro documental até o arquivo (RICOEUR, 2007).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

historicidade (HARTOG, 2013), onde a interpretação pretende fazer progredir a compreensão do si e do outro. Nesse contexto, o encontro entre M. de Certeau e P. Ricoeur, ou a reaproximação entre história e filosofia no cenário intelectual francês, fora apontado por F. Dosse (2001) como outro aspecto das contribuições ofertadas ao debate sobre a operação historiográfica. Na perspectiva de Giard (1994, p. 16), aliás, a lucidez de Michel de Certeau ante a crítica direcionada ao campo da história provinha “de sua formação filosófica e do interesse pela epistemologia.” Conforme demonstra Roger Chartier, Certeau reconheceu a “incorporação, pela história, das questões da hermenêutica filosófica, transformando-as em problemas internos à sua própria disciplina”. (CHARTIER, 2009, p. 20). Onde a filosofia indagava “o que é compreender?” Certeau perguntava “o que o historiador faz para produzir compreensão histórica?” A operação historiográfica é o ponto de maturidade em que a história assimila a hermenêutica não como um corpo estranho, mas como a descrição teórica de sua própria prática fundamental, permitindo construir um conhecimento que é, simultaneamente, válido, ético e consciente de sua natureza linguística.

5. A transformação/mediação natureza/cultura.

Se, como afirmou Jacques Revel, Certeau foi um dos intelectuais que melhor compreendeu “trabalho contínuo de reclassificação que opera a história” em sua geração, *A Operação Historiográfica* (1985) representa a sistematização definitiva desse processo. Para Revel (2010, p. 144), aquele foi “o texto de Certeau que melhor fez conhecer sua perspectiva e definirá no meio dos historiadores (mesmo que ele não tenha sido bem entendido); um dos raros textos também que marcou profundamente a sua prática a partir de uma geração.” Ao posicionar-se contra um regime de evidências fechado em si e, simultaneamente, contra o regime de suspeita generalizada – o relativismo total mobilizado publicamente pelas críticas de Paul Veyne, “o maravilhoso cortador de cabeças abstratas” (CERTEAU, 1995, p. 36) –, Certeau desenha “um lugar experimental na constituição em que se vê a relação crítica que uma sociedade mantém com as representações eruditas sobre si mesma.”

De fato, Michel de Certeau defendia que a história se inicia com a interpretação, demarcando a hermenêutica como técnica necessária para impedir que a disciplina se dissolvesse em gênero puramente literário. Essa compreensão era mediada por uma teorização da história que problematizava não apenas seus métodos, mas a própria função da história no conjunto das ciências sociais. Ante o que chamaria de “razão contemporânea”, Certeau argumenta que os métodos da história não operam mais para extrair “objetos ‘autênticos para o conhecimento”, nem possuem o papel de “prover a sociedade de representações globais de sua gênese”. A história não ocupa mais, como “no século XIX, esse lugar central organizado por uma epistemologia que, perdendo a realidade como substância ontológica, procurava reencontrá-la como força histórica, *Zeitgeist* e devir oculto na interioridade do corpo social.” A história, concluía, “não possui mais a função totalizante que consistia em revezar com a filosofia em papel de dizer o sentido”. (CERTEAU, 1995. p. 36). Ela, poder-se-ia dizer, insegura de si, precisou se apoiar na própria filosofia - tomando o seu *instrumento de empréstimo*, como fizeram com os modelos sociológicos, econômicos, culturais, antropológicos – para encarar os limites e as possibilidades de sua constituição.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Nesse sentido, o ponto de partida que embasa a pesquisa na perspectiva certeuriana é radical: a história “opera-se na fronteira móvel entre o dado e o criado, a natureza e a cultura. O historiador não encontra fatos, mas os fabrica a partir de resíduos. “De resíduos, papéis, legumes, até mesmo das geleiras e de ‘neves eternas’, o historiador faz outra coisa: faz deles história. Artificializar a natureza.” (CERTEAU, 1995, p. 29)¹⁴. Esta manipulação, entretanto, obedece a regras e consiste em “transformar, de início, as matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias) transporta-o de uma região da cultura (as curiosidades, os arquivos, as coleções, etc.) a uma outra (a história). Para Certeau, o trabalho histórico começa quando uma sociedade modifica – significa – a sua relação com a natureza, transformando o mundo natural em utilitário – histórico. Esse processo de significação deixa marcas, vestígios, exteriorizados na forma de linguagens que depõem sobre tais processos.

Por conseguinte, a linguagem cultural produzida por esse processo de transformação é o que chega ao historiador, que traduz uma linguagem do *corpus* cultural para outra, o *corpus* disciplinar. Antes do ingresso nos arquivos, a linguagem cultural já transformou os objetos de interesse do historiador. Esse movimento ecoa, mesmo sem confessá-lo, a radicalização da passagem de Droysen do “resto” ao “monumento”, sobretudo por aperfeiçoar a leitura sobre a teoria da história como uma prática social do saber. Assim, Certeau eleva a compreensão de como o historiador traduz produções sociais em objetos de história, deslocando e articulando a relação natureza e cultura. Coloniza ao passo que as muda. Logo, longe de aceitar dados, o historiador os constitui. “O gesto inicial é de selecionar – o que indica um processo interpretativo – de reunir e, dessa forma, transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma.” O “estabelecimento das fontes” é, portanto, “um gesto fundador, significado com o passado, pela combinação de um lugar, um aparelho e técnicas de análise”. (CERTEAU, 1995, p. 32). O arquivo, nesse esquema operatório, revela-se como um lugar social e um “aparelho da fabricação historiadora”, resultado de uma longa história de combinações entre grupos (eruditos), lugares (bibliotecas) e práticas (classificação, reprodução).¹⁵

Nesse “modelo operatório”, o fato não é mais tomado como uma emergência da realidade para tornar-se o resultado da “designação de uma relação”. O acontecimento, por seu turno, funciona como uma “cesura” – uma variante do enredo (PROST, 2008) que marca “cruzamentos, condições de possibilidades e limites de validade” dentro de séries racionais. (CERTEAU, 1995, p. 37). Tal concepção aproxima-se da noção de Paul Ricoeur, para quem o evento é o que irrompe e demanda uma reconfiguração narrativa. Desse modo, a operação

¹⁴ Para Michel de Certeau (1995), o estabelecimento das fontes requer um gesto fundador, articulado com o passado pela combinação de um lugar, um aparelho técnico e métodos de análise.

¹⁵ Certeau (1995) extrai essa leitura da origem dos arquivos modernos, constituídos pela combinação de um grupo (os eruditos), lugares (as bibliotecas) e práticas (reprodução, impressão, comunicação, classificação). O surgimento das “coleções”, origina um novo trabalho, o “coleccionar”, operado para satisfazer as necessidades – dos grupos familiares, instituições, etc. – e a produção de novos objetos – documentos, peças de exposição. Em sua leitura, o arquivo é um aparelho de fabricação historiadora. Essa leitura crítica do arquivo como um “lugar” dialoga com a teoria arquivística das décadas de 1970 e 1980 que problematizava a noção de verdade depositada nos documentos, equivalente à crítica historiográfica ao “fato histórico real”.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

histórica "consiste em retalhar o dado segundo uma lei presente que se distingue do seu outro (passado)", estabelecendo o distanciamento como a condição essencial de acesso ao passado como alteridade. "Mais importante que a referência ao passado, é sua introdução a título de um distanciamento". (CERTEAU, 1995, p. 40). É nesse ponto que a reflexão de Certeau atinge seu ápice ético e ontológico. A história revela-se como uma "*mise en scène* do outro no presente", onde o passado "é antes de tudo o meio de representar uma diferença". (CERTEAU, 1995, p. 40). Essa compreensão resolve a aporia da fenda entre o presente do historiador e seu objeto ao constatar que a história se constitui senão sob o signo de alguma coisa objetivável – vestígios, fragmentos de linguagem – que tem por função significar a alteridade.

A partir dessa lógica, surge o modelo do desvio. A pesquisa histórica deixa de partir de "'raridades' (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão do presente), mas que parte de uma formalização do presente (um sistema presente) para dar lugar a 'vestígios' (indícios de limites, por isso, de um passado que é o produto do trabalho)". (CERTEAU, 1975, p. 45). O historiador, assim, "trabalha 'nas margens'", como um andarilho desviante que caminha em direção a regiões pouco exploradas: "o místico, à bruxaria, à loucura, à sexualidade, à festa, o popular, ao rés do chão da racionalidade campesina" (CERTEAU, 1982). Esse gesto é uma aplicação prática do "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg, mas elevado a uma teoria geral do fazer histórico: o desvio para as margens é o método para revelar os "limites da significabilidade" dos modelos racionais do presente. A fonte, nesse contexto, adquire seu duplo estatuto definitivo. Ela é o vestígio que testemunha a morte do passado – sua alteridade radical – e, simultaneamente, o artefato linguístico que exige uma construção interpretativa no presente. O estabelecimento das fontes por Certeau é, para além de uma metodologia, uma redistribuição epistemológica. "Pois se é verdade que de uma maneira geral a análise científica contemporânea visa reconstruir o objeto a partir de 'simulacros' [...] a história tende a colocar em evidência os 'limites da significabilidade' desses modelos ou dessas linguagens". (CERTEAU, 1995, p. 48).

No esquema operatório proposto, a fonte histórica é o operador que liga a história "simultaneamente, ao real e a morte". Ela permanece como o último elo com a materialidade do passado (o real) e a lembrança constante de sua irrecuperabilidade (a morte). Dessa forma, Certeau não "salva" a história da ficção, como pretendiam seus predecessores, mas a funda numa ética do conhecimento que aceita sua natureza construída para melhor negociar com a alteridade radical daquilo que não é mais. A operação historiográfica revela-se, em última instância, como a prática que transforma a distância temporal de um abismo intransponível em um elo de alteridade. No contexto da crise da história, houve, portanto, uma nova ampliação da compreensão da fonte histórica, articulando, de forma indissociável, a materialidade do vestígio a uma reflexão de fundo ontológico sobre o ser, a experiência e a linguagem.

Foi neste contexto que a reflexão teórica operou uma guinada decisiva. O foco deslocou-se da busca por uma narrativa "verdadeira" para a análise da prática específica que transforma os restos do passado em conhecimento. (CERTEAU, 1975). O núcleo dessa prática envolve as operações técnicas e o tratamento dado à fonte. Em vez de um dado bruto e transparente – a visão da Escola Metódica – ou um mero pretexto para a construção



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

narrativa – a leitura radical do *linguistic turn* –, a fonte histórica foi progressivamente reconceituada como o lugar de uma negociação. Esta negociação é, como demonstra as primeiras páginas do artigo, de natureza dupla: negociação com o “real”, em que a fonte é o lastro material, o “vestígio” de que falava Bloch (2001) e Droysen (2009). Ela é o índice de que algo aconteceu, a materialidade que resiste à pura invenção e impõe um limite à interpretação (KOSELLECK, 2010). Este polo garante que a história não é ficção. Negociação com a linguagem – o artefato –, em que, simultaneamente, a fonte é um “artefato linguístico”, um texto, uma narrativa parcial, carregada de intenções e inscrita em códigos culturais. Este polo, enfatizado pela hermenêutica na perspectiva de Paul Ricoeur (1983), e, ante a operação historiográfica de Michel de Certeau, atribui certa dimensão relativista à história, problematizando que ela nunca opera com a pura transparência do “como realmente foi”. Nesse sentido, sustenta-se que uma das sínteses operadas por Michel de Certeau, com sua teoria da “operação historiográfica”, foi transformar essa dupla natureza da fonte de um problema insolúvel no princípio dinâmico do fazer histórico. A operação envolve, portanto, a negociação mediante métodos rigorosos e a partir de um lugar social específico, sustentando a tensão entre o vestígio – a alteridade do passado – e o artefato – a construção no presente.

Importante destacar que a questão da linguagem em Michel de Certeau não se restringe ao discurso historiográfico, mas expande-se para a análise das próprias práticas sociais que constituem seu objeto de estudo. Um exemplo paradigmático dessa abordagem encontra-se em *A Invenção do Cotidiano*, particularmente em sua análise das “maneiras de fazer” que constituem a cultura ordinária. Ali, Certeau (1994) não investiga a linguagem como um sistema abstrato, mas como uma operação inscrita nas práticas. Ele se interessa não pelo que a linguagem significa, mas pelo que ela faz – como é usada, apropriada e manipulada pelos usuários comuns em suas táticas do dia a dia. Conforme analisa Luce Giard (1994, p. 19), em sua busca pela antidisciplina cotidiana, Certeau identifica que os usuários não se limitam a receber e executar ordens; eles reinterpretem, desviam, pervertem a ordem das coisas e a ordem dos discursos. Táticas e astúcias são captadas pelos historiadores a partir das marcas deixadas pelos usuários. Nesse gesto, a linguagem deixa de ser um código fechado – eis uma diferença da perspectiva heideggeriana da linguagem como “casa do ser” – para tornar-se um repertório de recursos a ser mobilizado em operações de reinvenção do cotidiano, vindas de “imemoriais inteligências”.

Não obstante essa síntese, o pensamento de Certeau não deixou de ser interpelado pelos deslocamentos mais radicais do *giro linguístico*. Uma crítica fundamental, formulada por Jacques Derrida (1973), questiona a própria possibilidade de o vestígio funcionar como uma referência estável do real. Para Derrida, não há acesso a um significado ou a uma referência original que anteceda a mediação textual e significante. Em *Da Gramatologia*, Derrida (1973, p. 65) afirma que “o vestígio não é apenas uma ausência [...] ele é uma estrutura de remissão onde a presentificação do originário está sempre diferida e diferenciada”. Tal concepção desloca o vestígio da posição de evidência material para a de um signo inserido em uma cadeia infinita de significação. Neste horizonte, o próprio “poder de veto” da fonte (KOSELLECK, 2006), central para a ética certeuriana, é profundamente problematizado. Se o real só nos chega através de rastros que são, desde sempre, construídos e interpretados, a própria alteridade do passado torna-se uma figura produzida no presente do ato interpretativo.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O perigo, portanto, é que a negociação ética com o “outro” se dissolva em um jogo de espelhos linguísticos, onde a responsabilidade para com o real do passado é substituída pela infinita disseminação de sentidos no presente.

Considerações finais.

O percurso traçado neste artigo permitiu demonstrar que a aparente aporia entre o realismo ingênuo e o ceticismo narrativista, longe de paralisar a historiografia, funcionou como catalisador de seu amadurecimento epistemológico. A crise que Roger Chartier (2009) identificou como girando em torno da “questão da mediação” permitiu à história repensar seus fundamentos. Como sustentado nesta investigação, a resposta não foi meramente metodológica, mas sim uma profunda reflexão de fundo ontológico-operatório, que elegeu a fonte histórica como seu operador central. Conforme explorado, desde Marc Bloch, a compreensão da natureza dos “vestígios” sofreu transformações com as reflexões ofertadas pela hermenêutica e sua filiação com os historicismos entre os séculos XIX e XX. Em Johann Gustav Droysen (2009), encontramos aspectos centrais dessa virada: o material histórico não é um “dado bruto”, mas sim “aquilo que resta de uma ação humana passada, já impregnada de significado” – uma interpretação que demanda outra interpretação (*Verstehen*). A tradição hermenêutica, de Dilthey a Gadamer, aprofundou este caminho. Dilthey (2010), com sua noção das “expressões objetificadas da vida”, permitiu compreender a fonte como a exteriorização de uma vivência íntima.

Foi Michel de Certeau, contudo, quem realizou a tradução mais decisiva dessas reflexões para o cerne da prática historiográfica. Sua análise da fonte não se limita a uma teoria do documento, mas desloca o problema para o plano da operação que constitui a fonte. Para Certeau, a fonte histórica é fundamentalmente um “lugar prático”, um espaço onde se cruzam e negociam uma série de relações: entre o passado e o presente, entre o vivido e o dizível, entre a morte e o silêncio, a significação. O gesto inaugural é o reconhecimento de que a fonte é, antes de tudo, um sinal de ausência que “supõe a morte para falar do passado”. Essa é uma condição epistemológica fundamental: o passado acessado pelo historiador é outro, radicalmente distinto, e sua alteridade se impõe através do caráter lacunar, fragmentário e opaco do vestígio. A fonte carrega consigo o que Koselleck (2011) chamaria de um “poder de veto”, uma resistência intrínseca que impede a sua total assimilação pelo presente e veta interpretações arbitrárias. É esta alteridade irreduzível que funda a ética do ofício do historiador.

Certeau desloca, portanto, a noção de fonte histórica de um “dado” a ser explorado para um “lugar de produção” de sentido. A operação historiográfica não restitui um sentido pré-existente e adormecido no documento; ela produz inteligibilidade através de um conjunto de práticas - crítica, contextualização, narrativa - que organizam os fragmentos do passado. A fonte, portanto, só existe como tal no interior de um “lugar social” – o arquivo, a disciplina – e de um “sistema de práticas” que a define, a seleciona e a interroga. Nesse sentido, a objetividade não reside no documento em si, mas no rigor dos procedimentos que regem essa produção de sentido. Aqui reside o gesto de transformar a tensão entre o vestígio – o real passado – e o artefato linguístico, a construção narrativa, no princípio dinâmico do



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

conhecimento histórico. Ele não busca superar a tensão, mas operá-la. Na pragmática da "operação historiográfica" cerтеаuniana, a fonte histórica é, portanto, o operador dessa negociação fundamental. Ela é o lugar onde se joga, simultaneamente, o respeito pela alteridade do passado (sua dimensão de vestígio) e a responsabilidade da construção significativa no presente (sua dimensão de artefato). Esta operação não nega o caráter construído do conhecimento, mas o funda numa ética do ofício. Neste gesto, realiza-se plenamente a tradução da distância temporal – o fosso entre o "espaço de experiência" do agente histórico e o "horizonte de expectativa" do historiador (KOSELLECK, 2006) – de obstáculo intransponível em condição de possibilidade para o conhecimento. A operação historiográfica, tal como teorizada por Certeau, é a prática que executa essa tradução: ela "transforma a distância temporal de um abismo intransponível no próprio elo de inteligibilidade" entre o presente e o passado.

Assim, confirmou-se a hipótese central deste artigo: a resposta epistemológica da história foi de cunho ontológico-operatório. Ela consistiu em uma refundação da compreensão do ser da fonte histórica, que deixou de ser vista como um meio transparente para um fim, para ser interrogada em seu próprio modo de ser. A fonte, enquanto vestígio e artefato, é o lugar dessa operação que aceita plenamente a mediação linguística sem abdicar do compromisso com a referência a um passado real. Por fim, a síntese alcançada é a de que a mediação não é um obstáculo, mas o meio. A fonte histórica, em sua dupla natureza, não é um problema a ser superado, mas a solução sempre em ato para o desafio de conhecer o passado. É a prática disciplinar que, aceitando o caráter construído do conhecimento, mantém-se firmemente ancorada na ética do confronto com o vestígio, assegurando à história seu lugar singular e indispensável no diálogo com o tempo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. Dilthey, Hermenêutica da vida e universalidade pedagógica. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 1, p. 89-114, Jan./Abril, 2012.

ARANHA, Gervácio Batista. *A escrita da história entre a mimesis e o efeito de real*: Paul Ricoeur e a terceira via na crise do paradigma narrativista. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais* Jan./Fev./Março/Abr. de 2012 Vol. 9 Ano IX nº 1 ISSN: 1807-6971

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDÉ, Guy.; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1990.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

CERTEAU, Michel. de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Ja.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *El presente del pasado: escritura de la história, história de lo escrito*. Universidade Iberoamericana. México.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São paulo: Cortez, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2010.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio da Mata. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FERREIRA, Leonardo Magalde. Hermenêutica contemporânea: entre o texto e a vida. *Kínesis*, Vol. XI, nº 27 (Ed. Especial), abril 2019, p.76-98.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GENTIL, Hélio Salle. Prefácio. In: RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. IX-XV.
- GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-32.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte I. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Lisboa: Europa-América, 1946.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 7-16.

MARTINS, Estevão Rezende. O historicismo alemão e a noção de ciências do espírito. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 30, n. 2, p. 117-134, 2007.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REVEL, Jacques. Michel de Certeau historiador. O plural das ciências do homem. In: MOTTA, M. (Org.). *Michel de Certeau: travessias*. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 139-156.

RICOEUR, Paul. *Do Texto à Ação: Ensaio de Hermenêutica II*. Porto: Rés Editora, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010. .

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.

SCHOLTZ, Gunter. O historicismo como desafio ético e epistemológico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, p. 24-41, 2011.

SCHOLTZ, Gunter. As origens das ciências do espírito. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 11, p. 317-332, 1988.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, São Paulo, v. 115, p. 143-172, 1979.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora USP, 2008. (Original: 1973).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Notas de autoria

Iordan Queiroz Gomes. Doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de Teoria e Filosofia da História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: iordan.gomes@unir.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Iordan Queiroz. Por uma ontologia da fonte: vestígio e artefato na Operação Historiográfica de Michel de Certeau. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 53, p. 119-138, 2025.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 30/09/2025

Aceito em 04/02/2026



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)